

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de Minaçu/GO

FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS

CADERNO DE QUESTÕES 30/08/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Município de Minaçu	16 a 20
Noções de Informática	21 a 25
Legislação aplicada ao Setor Público	26 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

O simples também pode ser extraordinário.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA**Questões de 01 a 10**

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 04**.

Texto 1

A personagem Diana Prince, que em roupas brilhantes se torna a Mulher-Maravilha, foi criada em 1941 pelo psicólogo William Moulton Marston, que já havia compreendido o sucesso do lançamento dos personagens *Batman* e *Superman* anos antes e que, com eles, os jovens conseguiram um meio de comunicação especializado para temas cotidianos. Contrastando com as lentas conquistas feministas da época, o criador viu o meio como um jeito de defender o matriarcado e inspirar meninas a prosseguirem na luta pelos direitos igualitários.

Porém, a construção da personagem feminina não contou apenas com William, um homem branco de classe média, mas também com importantes mulheres ao seu redor. A principal era Sadie Elizabeth Holloway, sua esposa, que estudou na primeira faculdade para mulheres dos EUA, na época em que instituições como Harvard e Oxford aceitavam apenas homens, além de lutar pela igualdade e contra o controle masculino da natalidade.

Na família, outra integrante foi responsável por formar a imagem da heroína, a sobrinha de William, Margaret Sanger, uma enfermeira, sexóloga e escritora que se tornou símbolo do controle de natalidade dos Estados Unidos, chegando a fugir para a Grã-Bretanha por críticas de contrários ao aborto e morando, por um curto período, com Sadie e William.

A terceira figura foi uma jovem chamada Emmeline Pankhurst, que foi um exemplo de personalidade e uma inspiração para as características físicas da super-heroína. William a conheceu em 1911, quando a garota foi impedida de falar em público no *campus* da Universidade de Harvard, onde estudava.

Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/as-mulheres-da-vida-real-que-inspiraram-a-criacao-da-mulher-maravilha.phtml>. Acesso em: 10 maio 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 01

Por suas funções comunicativas e características composicionais, predomina no fragmento textual o tipo

- (A) dissertativo-argumentativo com linguagem subjetiva.
- (B) expositivo-informativo com linguagem objetiva.
- (C) descritivo-subjetivo com linguagem conotativa.
- (D) injuntivo-instrutivo com linguagem técnico-científica.

QUESTÃO 02

No texto, o elemento linguístico responsável por introduzir uma informação nova relativa ao tema é

- (A) “eles”.
- (B) “porém”.
- (C) “sobrinha”.
- (D) “onde”.

QUESTÃO 03

No segundo parágrafo, a expressão genérica “importantes mulheres” é um elemento de sequenciação textual com função referencial. Esse mecanismo de coesão é chamado de

- (A) catáfora.
- (B) elipse.
- (C) repetição.
- (D) anáfora.

QUESTÃO 04

Segundo a ortografia oficial da Língua Portuguesa, a justificativa para o emprego do hífen na palavra “Mulher-Maravilha” é:

- (A) junção de dois radicais em que um deles perde o sentido e a forma originais.
- (B) locução adjetiva formada sem elementos de ligação designando um ser fictício.
- (C) união de um prefixo com um radical nominal iniciados com a mesma letra.
- (D) justaposição de dois substantivos que formam uma nova unidade semântica.

RASCUNHO

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 08**.

Texto 2

A figura da “Mulher-Maravilha”, imortalizada na cultura pop como um ícone de força e invencibilidade, transbordou os limites da ficção para se converter em um perigoso mito contemporâneo. Na realidade social, esse arquétipo tem sido utilizado para romantizar a exaustão feminina, validando a sobrecarga daquelas que acumulam as responsabilidades do trabalho remunerado, das tarefas domésticas e do cuidado familiar. Longe de ser um elogio, a exaltação da mulher que “dá conta de tudo” funciona como um mecanismo de dominação que invisibiliza as desigualdades estruturais de gênero e adoece física e mentalmente as mulheres.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2012), em sua obra *A dominação masculina*, explica esse fenômeno através do conceito de violência simbólica. A dominação de gênero não se dá apenas pela coerção física, mas pela introjeção de disposições (o *habitus*) que fazem com que os próprios dominados percebam a ordem social como natural e legítima. Quando uma mulher se orgulha de ser uma “guerreira” que dorme poucas horas por noite para dar conta da casa, dos filhos e do trabalho, ela está, muitas vezes, reproduzindo a violência simbólica que a oprime. Em suma, o mito da “Mulher-Maravilha” é uma armadilha retórica. Ao aplaudir a capacidade feminina de suportar o insuportável, a sociedade se exime da responsabilidade de promover a igualdade de gênero. Desconstruir essa romantização é o primeiro passo para reconhecer que o trabalho de cuidado é uma responsabilidade social e coletiva, e não um fardo individual travestido de superpoder. As mulheres não precisam de capas ou títulos de heroínas; precisam de políticas públicas de cuidado, de divisão equitativa do trabalho doméstico e do direito fundamental ao descanso e à saúde.

Disponível em: <https://encenasaudemental.com/comportamento/insight/o-mito-da-mulher-maravilha-a-romantizacao-da-tripla-jornada/>. Acesso em: 10 maio 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 05

Considerando seus elementos constitutivos, o objetivo do texto é

- (A) expor um comentário analítico sobre a obra do sociólogo Pierre Bourdieu, a qual aborda conceitos, tais como ‘violência simbólica’.
- (B) fazer uma crítica à mulher que se orgulha por ser rotulada de “guerreira” por dormir pouco para conseguir cumprir as tarefas diárias lhe impostas.
- (C) apresentar argumentos em favor do ponto de vista de que o mito da Mulher-Maravilha é, na verdade, uma armadilha retórica.
- (D) promover ainda mais a figura, já consolidada na cultura pop, da Mulher-Maravilha como um ícone de força e invencibilidade.

QUESTÃO 06

Em “...ela está, muitas vezes, reproduzindo a violência simbólica que a oprime”, a colocação do pronome oblíquo “a”, segundo a Gramática Normativa, é um caso de

- (A) próclise obrigatória.
- (B) ênclise facultativa.
- (C) próclise facultativa.
- (D) ênclise obrigatória.

QUESTÃO 07

Na frase “Ao aplaudir a capacidade feminina de suportar o insuportável, a sociedade se exime da responsabilidade de promover a igualdade de gênero.”, a locução prepositiva “Ao” funciona morfossintaticamente como uma conjunção subordinativa

- (A) temporal.
- (B) consecutiva.
- (C) final.
- (D) comparativa.

QUESTÃO 08

No primeiro parágrafo, a expressão “cultura pop” é classificada morfologicamente como

- (A) locução constituída por dois substantivos.
- (B) locução substantiva constituída por um substantivo e um adjetivo.
- (C) substantivo composto formado por dois substantivos.
- (D) substantivo composto formado por um substantivo e um adjetivo.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **09** e **10**.

Texto 3

Ainda em processo de popularização, o termo mãe solo busca produzir deslocamentos nos sentidos depreciativos do termo “mãe solteira” e denunciar a naturalização da relação entre a maternidade e o estado civil. A palavra denomina todas as mulheres responsáveis integralmente pela criação e educação de uma criança, tanto nas questões financeiras, quanto na dedicação do tempo.

Nesse sentido, mães solo seriam mulheres que exercem a parentalidade de maneira solitária, sem apoio na divisão de tarefas e nos cuidados com as crianças, o que não significa, no entanto, que essa característica de desamparo seja exclusiva das mães fora de um relacionamento: muitas mulheres que têm companheiros/companheiras também exercem a maternidade de maneira solitária, mesmo contando com a presença física de outra pessoa.

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística do Brasil (IBGE), em pesquisa publicada no começo de 2021, as mulheres gastam quase o dobro de tempo em tarefas domésticas e no cuidado com os filhos em relação aos homens.

RODRIGUES, Fernanda Castelan. Mãe solo. *Enciclopédia discursiva da Covid-19: gênero e sexualidade*. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/mae-solo/>. Acesso em: 5 maio 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 09

Considerando os fatores de textualidade, a análise do uso dos termos “mãe solteira” e “mãe solo” no texto indica que

- (A) a informatividade é reduzida, posto que o adjetivo “solo” é semanticamente mais vago do que a especificação jurídica do adjetivo “solteira”.
- (B) a situacionalidade é anulada, pois a referência aos termos independe do contexto histórico e contemporâneo das lutas por reconhecimento de direitos femininos.
- (C) a intencionalidade reestrutura a coerência pragmática do termo “solo”, desviando o foco da chancela conjugal para a centralidade da sobrecarga feminina.
- (D) a intertextualidade é priorizada por meio de discursos conservadores, que mantêm a estrutura de julgamento moral pelo uso de um novo eufemismo linguístico.

QUESTÃO 10

No gênero enciclopédico, a linguagem figurativa é um recurso expressivo muito pontual e seu uso visa sempre à intencionalidade discursiva. No fragmento textual, a expressão “deslocamentos nos sentidos” é um(a)

- (A) hipérbole.
- (B) circunlóquio.
- (C) eufemismo corporativo.
- (D) metáfora conceitual.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Questões de 11 a 15

QUESTÃO 11

Observe-se a sequência:

S3, Q0, O2, M3, K2, I5, G5, E7, C10, ____.

Qual termo deve preencher corretamente o espaço em branco?

- (A) A12.
- (B) B17.
- (C) A13.
- (D) D11.

QUESTÃO 12

Leia o caso a seguir.

Considere-se uma representação em que os números inteiros positivos são organizados em “escada” como na figura a seguir.

				5ª Coluna
				11
			4ª Coluna	7
			12	
		3ª Coluna	4	8
		2ª Coluna	5	9
	1ª Coluna	2	6	10
		1	3	15

Da esquerda para a direita, inicia-se com o número 1 na 1ª coluna. Depois, os próximos dois inteiros positivos, 2 e 3, são colocados na 2ª coluna, de cima para baixo. Em seguida, os próximos três inteiros positivos, 4, 5 e 6, vão para a 3ª coluna, da mesma forma, e assim por diante. Em qual coluna estará o número 2026?

- (A) 55.
- (B) 64.
- (C) 88.
- (D) 100.

QUESTÃO 13

Leia o caso a seguir.

Três amigos, X, Y e Z, receberam, cada um, um número diferente entre {1,2,3}. Considere-se que somente uma das afirmações a seguir é verdadeira:

- X recebeu o número 2;
- Z recebeu o número 3;
- Y não recebeu o número 1.

Diante do cenário exposto, a relação condicional que se estabelece obrigatoriamente entre os valores de X e Z é:

- (A) X receber o número 2, independentemente de Z.
- (B) Z receber o número 3, caso X receba o número 1.
- (C) X receber o número 3, caso Z receba o número 1.
- (D) Z receber o número 3, caso X não receba o número 2.

QUESTÃO 14

Considerem-se as premissas a seguir.

- Se você me enviar um e-mail, então eu terminarei o trabalho.
- Se você não me enviar um e-mail, então eu irei dormir cedo.
- Se eu dormir cedo, então acordarei disposto.

Essas premissas levam à conclusão:

- (A) se eu terminar o trabalho, então acordarei disposto.
- (B) se eu terminar o trabalho, então não acordarei disposto.
- (C) se eu não terminar o trabalho, então acordarei disposto.
- (D) se eu não terminar o trabalho, então não acordarei disposto.

QUESTÃO 15

Considere-se a seguinte sentença lógica.

Se nem P nem Q forem verdadeiros, então R será falso.

A análise das propriedades de equivalência e dedução dessa proposição condicional estabelece como uma relação logicamente válida a seguinte afirmação:

- (A) R é falso apenas quando P é falso.
- (B) Se R é verdadeiro, então P e Q são verdadeiros.
- (C) Se R é verdadeiro, então P ou Q são verdadeiros.
- (D) R é falso apenas quando P e Q são verdadeiros.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE MINAÇU
Questões de 16 a 20**QUESTÃO 16**

Leia o texto a seguir.

Com a colonização, iniciada simbolicamente a partir de 1722, os portugueses realizaram um esforço diligente e sistemático de *implantar* em Goiás as mesmas diretrizes institucionais e ideológicas existentes em Portugal, trazendo a Europa para os sertões. A premissa era que os arraiais e vilas se assemelhassem aos seus congêneres lusitanos, incluindo toda a *simbologia do poder real*.

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliezer. *O século XIX em Goiás: a formação da região*. Goiânia: Cànone Editorial, 2025, p. 9.

Um exemplo da “simbologia do poder real” presente em Portugal que também fez parte do processo de formação histórica e territorial dos arraiais e vilas de Goiás é

- (A) o cabildo.
- (B) o pelourinho.
- (C) o ayuntamiento.
- (D) o forte comercial.

QUESTÃO 17

Leia o texto a seguir.

Além da preocupação ambiental, a aposta na dependência da mineração corre o risco de repetir padrões do passado, quando a produção de amianto, mesmo no auge, não reduziu a pobreza em Minaçu nem levou a investimentos na diversificação da economia local. A cidade se firmou apenas como um local de extração.

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/07/01/cidade-goiana-passado-futuro-mineracao>. Acesso em: 21 mai. 2026.

Um dos motivos que explica o paradoxo entre a geração de riqueza ocasionada pela mineração e a persistência da pobreza é

- (A) a predominância de atividades econômicas de subsistência no setor mineral.
- (B) a oscilação de preços das commodities no mercado internacional.
- (C) a ausência de recursos minerais suficientes para exportação.
- (D) a concentração dos lucros em grandes empresas.

QUESTÃO 18

Leia o texto a seguir.

Os administradores Couto de Magalhães e Aristides de Souza Spínola ficaram impressionados com o número de moléstias reinantes na Cidade de Goiás na segunda metade do século XIX. (...) Na opinião de Magalhães, nenhum indivíduo sadio poderia ser encontrado na capital da Província.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Males do Sertão*: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. 2ª edição. São Paulo: Intermeios, 2024, p. 22.

O estudo histórico sobre a saúde em Goiás evidencia que

- (A) as condições alimentares precárias estavam relacionadas ao aumento da vulnerabilidade a doenças.
- (B) as condições sanitárias da província eram equivalentes às dos principais centros urbanos europeus da época.
- (C) a modernização econômica do século XIX foi responsável pela erradicação das patologias tropicais.
- (D) o isolamento geográfico do sertão era uma característica positiva para a saúde pública.

QUESTÃO 19

O município de Minaçu está inserido em qual mesorregião do estado de Goiás?

- (A) Noroeste Goiano.
- (B) Centro Goiano.
- (C) Norte Goiano.
- (D) Leste Goiano.

QUESTÃO 20

Além dos impactos ambientais, a construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava afetou populações dos municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul e teve como efeito

- (A) o deslocamento compulsório de centenas de famílias.
- (B) a diminuição da desigualdade social na região.
- (C) a ampliação da produção agrícola na região.
- (D) o reassentamento consensual e pacífico dos povos originais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questões de 21 a 25

QUESTÃO 21

Assuma-se que o símbolo de soma denota combinação de teclas. É muito comum utilizar a combinação Ctrl+Z para desfazer alguma ação. No entanto, no Windows 11 versão 21H2, existe também a opção de refazer algo, que pode ser acionada depois de acionar a função de desfazer. Para refazer uma ação, a combinação de teclas usada é:

- (A) Ctrl+Y.
- (B) Ctrl+R.
- (C) Ctrl+D.
- (D) Ctrl+F.

QUESTÃO 22

Leia o caso a seguir.

Em uma planilha do Microsoft Excel, a célula B2 contém a média final de um aluno. Deseja-se que a célula C2 apresente:

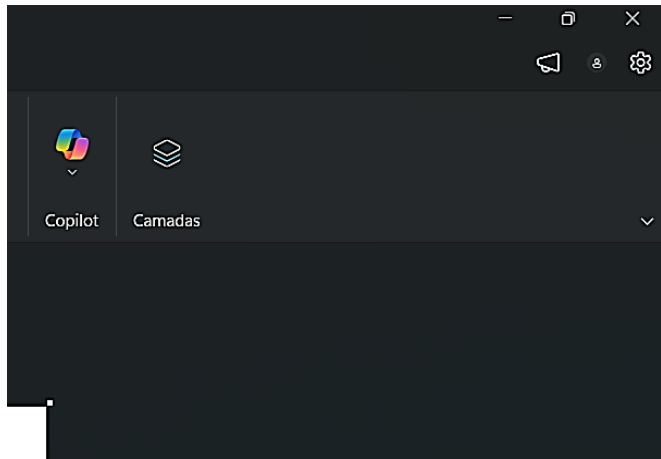
"Aprovado", se a média for maior ou igual a 7;
"Recuperação", se a média for maior ou igual a 5 e menor que 7;
"Reprovado", se a média for menor que 5.

A fórmula correta para atender a essa necessidade é:

- (A) =SE(B2>7;"Aprovado";SE(B2>5;"Recuperação";"Reprovado"))
- (B) =SE(B2>=5;"Recuperação";SE(B2>=7;"Aprovado";"Reprovado"))
- (C) =SE(B2<5;"Reprovado";SE(B2>=7;"Aprovado";"Recuperação"))
- (D) =SE(B2>=7;"Aprovado";SE(B2>=5;"Recuperação";"Reprovado"))

QUESTÃO 23

Analise a imagem a seguir.



No Paint do Windows 10 Home Single Language Versão 22H2, o ícone com formato de seta indicando para baixo na figura apresentada serve para:

- (A) mostrar uma barra com mais ferramentas.
- (B) optar entre mostrar e ocultar a barra de ferramentas.
- (C) indicar os botões para fechar, minimizar e maximizar.
- (D) oferecer uma forma alternativa de minimizar a janela.

QUESTÃO 24

No LibreOffice Writer Versão 26.2.3.2, existe uma funcionalidade de verificação de ortografia. A tecla utilizada para acionar essa funcionalidade é

- (A) F5.
- (B) F6.
- (C) F7.
- (D) F8.

QUESTÃO 25

Analise a imagem a seguir.



O ícone acima, representado por um único elo de uma corrente, é um dos símbolos que aparece no Gmail quando se abre a caixa para escrita de e-mail. Ao selecionar uma porção de texto e clicar nesse ícone, a ação disparada será:

- (A) criar um grupo de destinatários para que aquele e-mail seja enviado para várias pessoas, formando uma corrente de distribuição do conteúdo.
- (B) ocultar alguns destinatários para que o e-mail enviado seja visualizado apenas individualmente por eles.
- (C) inserir um anexo ao e-mail no sentido de acorrentá-lo ao conteúdo que será enviado aos destinatários.
- (D) abrir uma nova caixa de seleção que permite inserir uma URL e tornar aquele trecho de texto clicável para acessar aquele respectivo link.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO
Questões de 26 a 30**QUESTÃO 26**

De acordo com as regras de repartição de competências e a organização do Estado federativo brasileiro estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, a edição de uma lei municipal que disponha sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de segurança ou de banheiros públicos em agências bancárias locais configura uma

- (A) usurpação de competência privativa da União se a norma afetar diretamente o sistema de segurança nacional, mas uma atuação legítima do Município se amparada no interesse local e no direito do consumidor.
- (B) invasão de competência exclusiva do Estado-membro, visto que a ordenação das atividades comerciais e financeiras dentro das regiões metropolitanas subordina-se à legislação complementar estadual.
- (C) prerrogativa concorrente entre os entes federados, permitindo ao Prefeito fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários de modo autônomo e independentemente de balizes federais.
- (D) delegação legislativa implícita da União, a qual autoriza os Municípios a regulamentarem o funcionamento interno das instituições de crédito para suprir as lacunas normativas do Banco Central.

QUESTÃO 27

À luz das disposições da Lei nº 14.230/2021 (LIA), o ajuizamento de uma ação de improbidade administrativa contra um agente público em razão da prática de ato que atenta contra os princípios da administração pública exige

- (A) a demonstração de culpa grave ou erro grosseiro por parte do demandado, sendo vedada a imposição de sanções pecuniárias ou de perda da função pública nos casos em que não houver dano efetivo ao erário.
- (B) a comprovação do dolo específico de violar os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, sendo indispensável que a conduta do agente esteja tipificada no rol taxativo previsto em lei.
- (C) a instauração prévia de processo administrativo disciplinar no âmbito do respectivo tribunal de contas, sob pena de extinção do processo judicial por ausência de pressuposto de constituição válida.
- (D) a constatação de enriquecimento ilícito do terceiro beneficiário da conduta, operando-se a absolvição do agente político se restar provada a ausência de proveito patrimonial direto na prática do ato.

QUESTÃO 28

Diante do microsistema de segurança jurídica nas relações públicas, a anulação de um ato ou contrato administrativo por parte da autoridade julgadora municipal impõe

- (A) a dispensa da análise de impactos financeiros futuros sempre que a invalidação do ato decorrer de vício formal absoluto insanável.
- (B) a imposição sancionatória automática ao parecerista jurídico que chancelou a legalidade formal da avença na fase interna da contratação.
- (C) a indicação expressa das consequências jurídicas e práticas da invalidação, bem como a previsão de regime de transição quando necessário.
- (D) a retroatividade integral dos efeitos da decisão condenatória, vedando-se a modulação ou a convalidação de atos pretéritos de boa-fé.

QUESTÃO 29

No âmbito da teoria geral dos atos administrativos, a autotutela confere à Administração Pública o poder-dever de rever suas próprias decisões e, por isso, se o administrador constatar a existência de um vício sanável relativo à competência, o ordenamento jurídico autoriza

- (A) a cassação imediata do ato por meio de decreto do Poder Executivo, independentemente da oposição de terceiros afetados.
- (B) a revogação do ato com efeitos retroativos à data de sua edição (*ex tunc*), fundamentada em critérios de conveniência e oportunidade.
- (C) a anulação obrigatória do ato pelo Poder Judiciário, restando vedado o aproveitamento dos efeitos produzidos perante terceiros de boa-fé.
- (D) a convalidação do ato por meio da correção do defeito, desde que a medida não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), diante do recebimento de um pedido formulado por cidadão visando ao acesso a dados funcionais de servidores públicos ocupantes de cargos em comissão no Município, a conduta ético-legal do gestor exige

- (A) a recusa peremptória do fornecimento dos dados patrimoniais do servidor sob o pretexto de proteção absoluta ao direito de intimidade.
- (B) a disponibilização integral das remunerações, vantagens e subsídios recebidos, por se tratarem de informações de relevante interesse público.
- (C) a exigência de fundamentação circunstanciada e demonstração de interesse específico por parte do requerente como condição de entrega.
- (D) a cobrança prévia de taxas de ressarcimento operacional calculadas com base no padrão socioeconômico da entidade associativa solicitante.

FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS

Questões de 31 a 50

QUESTÃO 31

De acordo com a tipologia do produto colocado no mercado, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de

- (A) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.
- (B) embalagens de vidro de produtos alimentícios não perigosos.
- (C) resíduos de serviços de saúde e materiais biológicos descartáveis.
- (D) móveis domésticos e resíduos de construção civil de grande porte.

QUESTÃO 32

Considerando a visão sistêmica das prioridades na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos que deve ser observada, sendo que o primeiro nível dessa hierarquia consiste na

- (A) reciclagem de materiais passíveis de reaproveitamento industrial.
- (B) redução de geração de resíduos sólidos como meta prioritária.
- (C) disposição ambientalmente adequada em aterros sanitários.
- (D) reutilização direta de produtos para a mesma função original.

QUESTÃO 33

A Lei nº 12.305/2010 estabelece os princípios que regem a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os quais servem de balizamento interpretativo e operacional para a gestão ambiental no país. Diante das diretrizes legais que buscam harmonizar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade e a inclusão social, constata-se que a referida legislação impõe

- (A) o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.
- (B) o afastamento da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos nas hipóteses em que o setor empresarial demonstrar inviabilidade técnica de logística reversa.
- (C) o condicionamento das ações de controle social e do direito da sociedade à informação à prévia autorização motivada do órgão ambiental do respectivo ente federativo.
- (D) o predomínio da variável tecnológica na visão sistêmica da gestão de rejeitos, mitigando-se os impactos de ordem cultural ou de saúde pública no plano local.

QUESTÃO 34

A lavratura do auto de infração administrativo, enquanto ato que inaugura a fase litigiosa do procedimento, deve observar requisitos formais estritos, sob pena de nulidade. Nesse diapasão, a notificação do autuado

- (A) constitui condição de eficácia do ato sancionador, sendo prescindível para a validade da lavratura do auto, desde que a infração seja de natureza leve.
- (B) formaliza a angularização do processo administrativo, garantindo que o direito ao contraditório seja exercido de forma prévia à imposição definitiva da penalidade.
- (C) realiza-se pela publicação em diário oficial, dispensando-se a tentativa de notificação pessoal por questões de celeridade e economia processual.
- (D) interrompe o prazo prescricional para a pretensão punitiva, mas sua ausência deixa de gerar nulidade se a materialidade do fato estiver comprovada documentalmente.

QUESTÃO 35

No âmbito do processo administrativo, o princípio da ampla defesa abrange o direito à produção de provas e à revisão das decisões. Contudo, sobre o ônus da prova na fiscalização administrativa, constata-se que o ordenamento jurídico confere à Administração Pública o poder-dever de

- (A) inverter o ônus probatório integralmente, cabendo ao administrado o dever de demonstrar sua inocência face à presunção de legitimidade do ato fiscalizatório.
- (B) vedar depoimentos testemunhais em procedimentos de rito sumário, restringindo a cognição do contraditório estritamente ao acervo de provas documentais.
- (C) deferir toda e qualquer linha pericial requerida pela defesa, sob pena de configurar cerceamento de defesa e gerar a nulidade automática do processo.
- (D) produzir provas de ofício durante a instrução, buscando a verdade material independentemente da iniciativa ou da colaboração do sujeito autuado.

QUESTÃO 36

No tocante à seara recursal dos processos administrativos, o depósito prévio do valor da multa como condição para a admissibilidade de recurso administrativo é

- (A) plenamente legítimo, visando garantir a futura execução do crédito público e evitar recursos meramente protelatórios.
- (B) inconstitucional, conforme entendimento sumulado pelo STF, por violar o direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa.
- (C) admitida nos casos de multas ambientais de alto valor, em que o risco de dano irreparável ao erário justifica a garantia.
- (D) legalmente dependente de previsão em lei específica de cada ente federativo, sendo válida se houver autorização legislativa local.

QUESTÃO 37

No que concerne à gestão dos resíduos sólidos urbanos e às competências municipais sobre a varrição e limpeza pública, a responsabilidade pelo gerenciamento de resíduos com características de resíduos domiciliares, mas que são gerados em estabelecimentos comerciais, pode ser atribuída ao próprio gerador pelo poder público municipal, desde que

- (A) a quantidade gerada seja inferior à média domiciliar local, independentemente da natureza do resíduo ou do risco ambiental envolvido na coleta seletiva local.
- (B) o estabelecimento comercialize produtos biodegradáveis e comprove a realização de compostagem interna para a fração orgânica produzida.
- (C) o volume, o peso ou a natureza desses resíduos excedam os limites fixados pelo serviço público para a coleta regular de resíduos domiciliares.
- (D) a localização do estabelecimento seja em zona rural ou em áreas de difícil acesso que impossibilitem o deslocamento dos caminhões de coleta de lixo.

QUESTÃO 38

Sobre os procedimentos de reciclagem, coleta seletiva e a gestão de resíduos de serviços de saúde (RSS) e industriais, caracteriza-se como destinação final ambientalmente adequada

- (A) a queima de resíduos agroindustriais a céu aberto como forma de destinação final, desde que ocorra em área isolada e com monitoramento de emissão de gases.
- (B) a reciclagem de resíduos de serviços de saúde do grupo dos potencialmente infectantes, visando a redução do volume enviado a aterros.
- (C) a coleta seletiva de produto de higiene e limpeza pessoal, podendo ser substituída integralmente pela incineração de resíduos sem triagem prévia.
- (D) a disposição final em aterros sanitários reservada para os rejeitos, quais sejam, resíduos para os quais não haja tecnologia viável de recuperação ou reciclagem.

QUESTÃO 39

Quanto à responsabilidade civil e à execução da atividade de iluminação pública pelos entes municipais, a prestação desse serviço deve

- (A) adotar o custeio exclusivo por meio de impostos gerais, sendo vedada a instituição de contribuição específica para o financiamento da iluminação pública devido ao seu caráter universal e indivisível.
- (B) restringir a manutenção de praças e áreas verdes à execução direta pelo Estado, sendo proibida a celebração de parcerias com a iniciativa privada ou a formatação de termos de adoção por entes particulares.
- (C) afastar a responsabilidade civil objetiva do Estado nos casos de danos decorrentes de apagões generalizados por falta de manutenção, dependendo a indenização da prova de negligência estatal.
- (D) autorizar a cobrança da contribuição de iluminação pública estritamente sobre imóveis edificados, dispensando os proprietários de terrenos vagos ou lotes sem ligação regular da participação no rateio do serviço.

QUESTÃO 40

No que tange à aplicação de sanções e ao procedimento fiscalizatório em razão do exercício do poder de polícia administrativa para o controle da poluição sonora e visual,

- (A) a apreensão de mercadorias de comércio de produtos de som e autôfalantes irregulares dispensa a lavratura de auto de apreensão, desde que o fiscal esteja acompanhado de força policial para garantir a ordem pública.
- (B) o controle da poluição visual em fachadas de imóveis particulares é limitado pelo direito de propriedade, não podendo o município impor restrições ao tamanho ou luminosidade de anúncios publicitários.
- (C) o direito ao anúncio público de propaganda relacionado ao comerciante ambulante o direito de se instalar em qualquer logradouro público, independentemente de licença prévia ou pagamento de taxas.
- (D) a interdição imediata de um estabelecimento por poluição sonora excessiva é um ato dotado de autoexecutoriedade, permitindo a interdição do estabelecimento comercial antes da conclusão do processo administrativo.

QUESTÃO 41

No que tange à aplicação desses princípios na gestão da sustentabilidade urbana, previstos pela Política Nacional do Meio Ambiente, a educação ambiental

- (A) deve ser abordada de forma democrática e participativa, focando na inter-relação entre o meio ambiente, a economia e a sociedade.
- (B) deve ser implantada como uma disciplina específica e isolada na grade curricular obrigatória do ensino fundamental para garantir sua autonomia científica.
- (C) restringe-se à educação formal, sendo a conscientização da população sobre resíduos sólidos uma atribuição exclusiva da sociedade civil.
- (D) fundamenta-se na visão antropocêntrica, priorizando o uso imediato dos recursos naturais urbanos em detrimento da manutenção dos processos ecológicos.

QUESTÃO 42

A conservação ambiental em áreas urbanas consolidadas impõe ao administrador o desafio de harmonizar a proteção dos serviços ecossistêmicos com o direito de propriedade e a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Nesse sentido, o planejamento municipal deve

- (A) relativizar a impenhorabilidade das áreas de preservação permanente privadas, autorizando sua expropriação sancionatória sem indenização quando constatado o descarte de resíduos por terceiros sob a égide do princípio do poluidor-pagador.
- (B) subordinar o direito de construir à função socioambiental da propriedade, admitindo a imposição de restrições administrativas sobre remanescentes florestais urbanos sem que isso gere, em regra, direito à indenização por desapropriação indireta.
- (C) afastar a incidência do Código Florestal em perímetros urbanos qualificados como consolidados, aplicando subsidiariamente as normas do Estatuto da Cidade para permitir a supressão de vegetação ciliar mediante compensação pecuniária simples.
- (D) reconhecer o direito adquirido do proprietário à manutenção de edificações históricas em faixas marginais de cursos d'água, vedando a aplicação retroativa de sanções demolitórias fundadas no princípio da precaução e na proteção contra ilhas de calor.

QUESTÃO 43

No que tange ao processo de execução e à tramitação processual das autuações, o Código de Posturas do Município de Minaçu (Lei nº 2.079/2011) prevê que, após a lavratura do auto de infração e o julgamento de sua procedência pelo Chefe do Departamento de Fiscalização e Posturas, o processo será formalizado e o autuado será notificado, dispondo do prazo de

- (A) cinco dias, após a ciência da notificação, para sanar as omissões do auto de infração e impugnar seus elementos fáticos.
- (B) sete dias, contados da ciência, para apresentar recurso voluntário diretamente ao Conselho Municipal de Contribuintes.
- (C) vinte dias, após a ciência da notificação, para impugnar ou pagar a multa, sob pena de ser julgado à revelia.
- (D) sessenta dias para reaver bens apreendidos sem a necessidade de pagar as custas de transporte e depósito.

QUESTÃO 44

A fiscalização da higiene dos logradouros públicos impõe restrições rigorosas para garantir o asseio urbano e o livre fluxo de servidões. O Código de Posturas de Minaçu estabelece como conduta terminantemente proibida

- (A) promover a varredura do passeio fronteiro ao imóvel próprio fora do horário comercial, ainda que os detritos resultantes sejam adequadamente ensacados.
- (B) utilizar os logradouros públicos para reformas, pinturas, consertos ou conservação de veículos ou equipamentos de qualquer natureza, ressalvados os casos de emergência.
- (C) canalizar águas pluviais ou de drenagens originadas no interior dos imóveis para a sarjeta, quando inexistente rede pluvial pública na via.
- (D) transportar cal, brita ou areia revestidos com lona protetora, se o volume de pó propagado na atmosfera atingir o limite tolerável de decibéis.

QUESTÃO 45

Diante da constatação de irregularidades nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança em estabelecimentos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regramento da Lei nº 1.994/2010, o agente de posturas do Município de Minaçu deve

- (A) aplicar a penalidade de multa de forma imediata e cumulativa, independentemente da verificação de reincidência, fraude ou embaraço às ações fiscalizatórias.
- (B) converter o auto de infração em advertência verbal simples, suspendendo o direito de o Município de Minaçu exigir termos de ajustamento de conduta subsequentes.
- (C) observar o critério de dupla visita para a lavratura do auto de infração, concedendo o prazo inicial de trinta dias para a devida regularização da situação.
- (D) lacrar preventivamente as dependências físicas da empresa autuada, condicionando a desinterdição ao recolhimento integral das custas operacionais de vistoria.

QUESTÃO 46

No que concerne às regras de concessão e ao alcance das desonerações tributárias direcionadas às microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade, constituídas após a vigência da Lei nº 1.994/2010, constata-se que a Administração Pública Municipal pode

- (A) conceder isenção total do Imposto Sobre Serviços (ISS) para todas as empresas assim enquadradas, independentemente do teto de receita bruta.
- (B) outorgar descontos permanentes sobre as taxas de licença, localização e funcionamento às empresas que optarem pelo recolhimento de tributos em valores fixos.
- (C) prorrogar a validade das notas fiscais de serviços de forma automática e por tempo indeterminado, desde que o contribuinte possua mais de vinte e quatro meses de atividade.
- (D) deferir a redução no pagamento do IPTU nos primeiros doze meses de instalação, incidente sobre o único imóvel utilizado pela empresa.

QUESTÃO 47

De acordo com as exigências documentais e os procedimentos de controle urbanístico disciplinados pela Lei Municipal nº 1.820/2007 de Minaçu, no ato de instrução do requerimento para a expedição do alvará de licença e localização de um estabelecimento comercial, constata-se que a Administração Pública Municipal deve

- (A) emitir uma Autorização de Uso em Caráter Precário após vistoria e laudo técnico de fiscal efetivo caso o imóvel tenha mais de dez anos de construído.
- (B) dispensar a comprovação de regularidade fiscal imobiliária quando o requerente comprovar o vínculo de locação comercial por instrumento público.
- (C) exigir a apresentação do termo de 'Habite-se' definitivo emitido pela Secretaria Municipal de Obras para edificações com qualquer tempo de construção.
- (D) autorizar reformas estruturais e acréscimos de área construída mediante critérios discricionários da fiscalização, independentemente do Código de Obras local.

QUESTÃO 48

Segundo a Lei Municipal nº 1.820/2007, para a efetivação e manutenção do licenciamento ou da autorização especial de funcionamento de atividades econômicas, constata-se que a atuação da autoridade fiscal municipal exige

- (A) a restrição das inspeções periódicas aos estabelecimentos industriais de alto risco, aplicando-se as normas de posturas por amostragem anual.
- (B) a delegação ao Departamento de Arrecadação Tributária da competência exclusiva para a lavratura dos termos de inspeção urbana e vistorias de segurança.
- (C) a inspeção periódica dos estabelecimentos para a verificação da estrita observância às normas de saúde, higiene, segurança, costumes, moralidade e ordem.
- (D) a emissão do alvará definitivo de forma automática e imediata sempre que o contribuinte demonstrar a alteração fática do ramo de atividade originalmente cadastrada.

QUESTÃO 49

A Lei Municipal nº 1.691/2004 estabelece o rol de deveres e requisitos profissionais impostos aos condutores do sistema de mototáxi para assegurar a regularidade do serviço e a integridade dos usuários. Diante das exigências de capacitação e segurança previstas no referido artigo, constata-se que a atividade do mototaxista no Município de Minaçu pressupõe

- (A) a conclusão de curso de formação específica com carga horária mínima de trinta horas e certificado válido pelo prazo de dois anos.
- (B) a obtenção de carteira de habilitação específica e conclusão de curso com carga horária mínima de sessenta horas e certificado válido pelo prazo de um ano.
- (C) a prévia autorização para transporte simultâneo de até dois passageiros, e habilitação específica para transporte de passageiros.
- (D) a prévia autorização de transporte simultâneo de até dois passageiros, e aquisição de equipamento de segurança específico.

QUESTÃO 50

A fixação e a revisão dos valores cobrados dos usuários do Sistema de Mototáxi em Minaçu são disciplinadas pela Lei nº 1.691/2004, que impõe

- (A) a estipulação unilateral dos preços por parte da entidade de representatividade dos trabalhadores, sem a participação do Poder Executivo.
- (B) a divulgação pública dos novos valores com a antecedência mínima de trinta dias em relação ao início de sua efetiva aplicação prática.
- (C) a alteração imediata dos valores cobrados na data da assinatura do decreto, vedada qualquer forma de publicidade prévia aos usuários.
- (D) a vigência provisória das tarifas por até noventa dias após a sanção, permitida a flutuação de preços conforme a demanda do mercado.